



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2276

Processo CETESB

Nº 150/2008

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 357/13/IE, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: Consórcio de Urbanização Atibala II

CNPJ: 08.988.965/0001-46

LOGRADOURO: Rua Joaquim Floriano, 466, Ed. Corporate, 15º andar

BAIRRO: Itaim

MUNICÍPIO: São Paulo - SP

CEP: 04534-002

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: Residencial Porto Atibala II

LOGRADOURO: Estrada do Guaxinduva, s/n, Guaxinduva

MUNICÍPIO: Atibala - SP

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Parcelamento do solo para implantação de loteamento residencial, em área total de 83,74 ha, composto de 119 lotes ocupando ao todo 138.127,80 m² ou 16,49% da área do empreendimento. O Sistema Viário equivale a 5,25% e a Área Institucional a 5,00%. As Áreas Verdes correspondem a 72,00%, sendo 12,85% em APP e 59,15% fora de APP. A faixa de servidão corresponde a 1,25% da área total da gleba.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 1 (um) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 13/09/13

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

**ANEXO**

Fls 1 / 4

Processo CETESB

Nº 150/2008

O presente anexo é parte integrante da **LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2276**

**1. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação:**

- 1.1. *Apresentar Programa de Controle Ambiental das Obras detalhado, incluindo a localização do canteiro de obras e das áreas de disposição provisória de resíduos, contemplando as seguintes ações, com definição dos responsáveis pela implantação e monitoramento: medidas mitigadoras relativas ao aumento de material particulado e incômodos à população, gerenciamento de resíduos e efluentes, armazenamento adequado dos produtos químicos, treinamento ambiental para motoristas e demais funcionários, procedimentos para a recuperação das áreas afetadas, etc.;*
- 1.2. *Apresentar Memorial Descritivo e Projeto de Terraplenagem, contemplando o balanço dos volumes e projeção de corte e aterro, com ART do responsável técnico;*
- 1.3. *Incluir no Programa de Controle Ambiental das Obras o detalhamento das ações de controle e monitoramento de processos erosivos e assoreamento (sistemas provisórios de drenagem superficial, barreiras de contenção de sedimentos, disposição das pilhas de reaterro em local adequado, fiscalização periódica, etc.);*
- 1.4. *Apresentar Outorga de Implantação de Empreendimento, emitida pelo DAEE referente às travessias previstas para o sistema viário e sistema sanitário;*
- 1.5. *Apresentar projeto executivo do sistema de drenagem de águas pluviais aprovado pela Prefeitura Municipal de Atibaia, retirando os lançamentos em lotes e APPs de nascente;*
- 1.6. *Avaliar a viabilidade de utilização de pavimentação permeável nas ruas, acesso e passeios internos ao empreendimento;*
- 1.7. *Obter junto à Agência Ambiental da CETESB de Atibaia as Autorizações para supressão de vegetação e para corte de árvores isoladas somente quando não for possível seu aproveitamento em projeto urbanístico e paisagístico, e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente, destinadas à implantação de travessias, intervenções nos barramentos e trechos de cursos d'água para diversas finalidades e lançamentos do projeto de drenagem pluvial, e assinar respectivos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental. Tais áreas deverão ser devidamente georreferenciadas em arquivo raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000;*
- 1.8. *Apresentar o Programa de Controle de Supressão de Vegetação detalhado que contemple no mínimo: coleta de serapilheira e camada superficial do solo previamente à supressão; ações vinculadas ao cronograma constante no Programa de Manejo e Monitoramento da Fauna; medidas para prevenção de assoreamento das APPs de nascentes e corpos d'água, proteção dos fragmentos nativos remanescentes e contenção de taludes e encostas observando-se as diretrizes da Lei Complementar Municipal nº 580/2008; definição de responsáveis pelo projeto e execução;*
- 1.9. *Obter a averbação de, no mínimo, 60,29 ha correspondentes às Áreas Verdes na gleba, junto a Agência Ambiental da CETESB de Atibaia;*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 2 / 4

Processo CETESB

Nº 150/2008

O presente anexo é parte integrante da **LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2276**

- 1.10. *Apresentar Programa de Recomposição Florestal e Manejo das Áreas Verdes, que contemple, no mínimo: projeto técnico de plantio que observe as recomendações das Resoluções SMA 08/2008 e SMA 31/2009, utilização de técnicas de nucleação para condução da regeneração natural das áreas com vegetação, mapeamento e quantificação das áreas a serem recuperadas e a serem enriquecidas; definição de responsáveis pelo projeto, execução e manutenção; além de cronograma de implantação e monitoramento de no mínimo 5 anos após o plantio. Tais áreas deverão ser devidamente georreferenciadas em arquivo raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000;*
- 1.11. *Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento e Manejo da Fauna (mastofauna, avifauna e herpetofauna) indicando: plano de afugentamento de fauna com cronograma, projeto descritivo da passagem de fauna que inclua localização, dimensões, ausência de degraus e presença de faixas secas; pontos de monitoramento (inclusive nas áreas de recuperação florestal), metodologias, espécies alvo, esforço amostral (no mínimo cinco dias por grupo faunístico trimestralmente ou semestralmente), equipe técnica envolvida e cronograma; ART de responsável técnico. Tais áreas deverão ser devidamente georreferenciadas em arquivo raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000;*
- 1.12. *Apresentar detalhamento do Programa de Educação Ambiental contemplando objetivos, metodologia, ações previstas, cronograma e equipe técnica responsável;*
- 1.13. *Apresentar projeto executivo do sistema interno de abastecimento de água, contendo dois reservatórios aprovado pelo Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE;*
- 1.14. *Apresentar o andamento das tratativas com a Prefeitura referente a propostas de melhorias ao longo da Estrada do Guaxinduva; ampliação da Avenida Gerônimo de Camargo, para além da Rodovia Dom Pedro I; criação de ciclovias locais; definindo responsáveis e cronograma, o qual deverá ser compatível com a operação do empreendimento;*
- 1.15. *Apresentar um Programa de Priorização da Contratação da Mão de Obra Local para as obras do empreendimento, que contemple parcerias com a Prefeitura e Centros de Apoio ao Trabalhador para divulgação de vagas;*
- 1.16. *Apresentar Programa de Prospeção Arqueológica Intensiva em atendimento à Portaria IPHAN 230/02;*
- 1.17. *Apresentar o comprovante do depósito bancário no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, para atendimento à Lei Federal nº 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, conforme Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental, CCA da SMA.*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO**

Fls 3 / 4

Processo CETESB

Nº 150/2008

O presente anexo é parte integrante da **LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2276**

**2. Durante a Instalação do empreendimento:**

- 2.1. *Apresentar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinado, após a destinação dos recursos da compensação ambiental pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA), conforme estabelecido na Resolução SMA nº 24/2012.*

**3. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação:**

- 3.1. *Apresentar relatório descritivo e fotográfico conclusivo do Programa de Controle Ambiental das Obras, comprovando as atividades realizadas, as eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas para recuperação das áreas afetadas;*
- 3.2. *Apresentar planta do Projeto Urbanístico executado em arquivo georreferenciado raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000;*
- 3.3. *Apresentar relatório descritivo e fotográfico demonstrando a execução do sistema de drenagem;*
- 3.4. *Comprovar a averbação das Áreas Verdes do empreendimento totalizando, no mínimo, 60,29 ha na gleba;*
- 3.5. *Apresentar o relatório de acompanhamento do Programa de Recomposição Florestal e Manejo das Áreas Verdes, demonstrando o cumprimento dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmados;*
- 3.6. *Apresentar o relatório de conclusão do Programa de Controle de Supressão de Vegetação com o balanço das atividades realizadas e avaliação dos resultados obtidos;*
- 3.7. *Apresentar relatório consolidado das atividades do Programa de Monitoramento e Manejo da Fauna realizadas, considerando análise com os dados anteriores às obras de implantação do empreendimento;*
- 3.8. *Comprovar a implantação do sistema interno de abastecimento de água do loteamento e dos dois reservatórios conforme Diretrizes do SAAE, inclusive obras de melhoria e adequações, se necessário, e suas respectivas interligações ao sistema público;*
- 3.9. *Apresentar detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação, incluindo coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos domésticos e resíduos da construção civil, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente;*
- 3.10. *Apresentar relatório do Programa de Priorização da Contratação da Mão de Obra Local, destacando os principais resultados obtidos durante a implantação do empreendimento;*
- 3.11. *Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido, visando à realização de ajustes*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 4 / 4

Processo CETESB

Nº 150/2008

O presente anexo é parte integrante da **LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2276**

*no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário.*

**4. Durante a operação do empreendimento:**

- 4.1. *Apresentar relatórios anuais de monitoramento do Programa de Recomposição Florestal e Manejo das Áreas Verdes por, no mínimo, 5 anos após o início do plantio;*
- 4.2. *Apresentar relatórios anuais consolidados do Programa de Monitoramento e Manejo da Fauna, por um período de 3 anos.*

XX  
XX